

MEMÓRIAS PÓSTUMAS DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO

*“Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu corpo ainda vivo,
dedico com saudosa lembrança estas memórias
— não as de Brás Cubas, mas as minhas.”
O Artigo 37 da Constituição Federal, 1988*

Fui batizado com nome e sobrenome de peso:

Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Nasci em 1988, cercado de pompa, promessas e discursos solenes.

Lembro-me bem da euforia — ministros, deputados, senadores, servidores e cidadãos comuns vibravam como se assistissem ao nascimento de um novo país.

Diziam que eu seria a espinha dorsal da administração pública, o norte da ética republicana, o antídoto contra o abuso e o personalismo.

Fui desejado.

Fui festejado.

E, como tantos heróis nacionais, também fui leeenntamente es.que.ci.do.

Não sei se minha morte foi súbita ou crônica, mas posso assegurar: foi silenciosa.

Talvez uma febre lenta, alimentada pela indiferença.

Talvez uma infecção de vaidades.

Talvez apenas o desuso — que também mata.

De minha glória, restaram citações protocolares e o eco distante *“Acho que tem um artigo famoso... que fala da impessoalidade, né?”*.

Fui reduzido a rodapé, a peça de burocracia, a tema de concurso público.

Deixo registrado, como quem exibe o retrato de juventude, o que um dia me definiu:

*“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**.”*

*“A publicidade dos atos públicos deverá ter caráter **educativo, informativo ou de orientação social**, sem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem **promoção pessoal**.”*

Essas eram as palavras que me davam alma.

Hoje, ecoam como epitáfio.

Ainda houve quem lutasse por mim.

Alguns jornalistas, professores e servidores — almas teimosas que acreditavam que princípios não se aposentam.

Alguns poucos que tentaram me manter respirando.

Mas a doença já estava no ar — contagiosa.

Foi então que apareceu ela: **a Rede Social**.

Jovem, vibrante, sedutora — e indiferente a princípios.

Em seus palcos luminosos, vi prefeitos elogiarem a própria gestão, ministros tocarem viola, autoridades posarem em retratos que mais pareciam santinhos eleitorais.

Fui marcado em postagens, arrastado por hashtags, soterrado sob filtros e sorrisos patrocinados.
A cada “curtida”, eu perdia um pouco do fôlego.
Cada “story” era um prego no meu caixão digital.
E ninguém parecia notar — porque o ego, meus caros, é uma lente que cega.

Os estudiosos ainda discutem a causa da minha morte.
Uns dizem negligência.
Outros, “inflamação no ego” — doença benigna, segundo o senso comum.
Eu diria: foi uma falência múltipla dos valores.
Nos arquivos, encontrei dois antigos remédios, esquecidos na prateleira:

1. **Um artigo jornalístico**, que me chamava “o tal do Artigo” e listava meus atentados: uso indevido de verba pública, servidores transformados em marqueteiros, equipamentos públicos a serviço do personalismo e redes institucionais marcando prefeitos em vez de políticas.
2. **Um texto acadêmico**, que lembrava que a comunicação governamental é dever do Estado e direito do cidadão — jamais um palanque de vaidades.

Foram bons medicamentos, mas a dose foi insuficiente.

Morreram comigo a impessoalidade, a moralidade e o senso de decoro.
Não houve luto, nem cortejo.
E, ainda não me enterraram.
Talvez por descuido, talvez por conveniência.
Ou talvez por um fenômeno raro: **narcolepsia da ética** — aquele sono profundo em que a consciência sonha estar acordada.

“Não tive filhos, não transmiti a nenhum decreto regulamentador o meu legado”.

Não choro por mim, mas pelo esquecimento que ronda os vivos.
Se há algo que me consola é saber que, aqui e ali,
Alguns me referenciam com esperança.
Alguns me ensinam em sala de aula.
Alguns, ainda poucos, me praticam.
E é a esses que dedico estas memórias póstumas.

"É permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte e que não seja para a venda ou qualquer fim comercial"